



Pro PALOP-TL ISC

Este Projecto é inteiramente financiado pela União Europeia



Pro PALOP-TL ISC

Projeto de Reforço das Capacidades Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o controlo das finanças públicas nos PALOP e em Timor-Leste

Primeira Sessão do Comité de Coordenação de Países Guiné-Bissau

Ricardo Godinho Gomes

Gestor de Programas e Coordenador do Projecto

Bissau, 14.11.2014

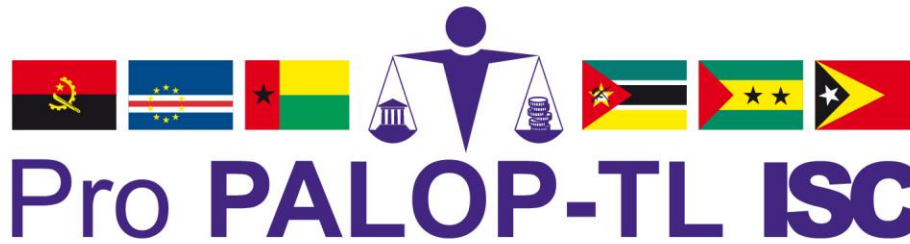


Estrutura da Apresentação

1. Bases de Referência na Guiné-Bissau

Resultado 1

Eficácia do controlo externo por parte do TCGBS & Transparência Orçamental do MEF



1.1. PTA 2015-2016 para GBS Componente 1

**Actividades de desenvolvimento de capacidades do TCGBS
para o controlo externo das despesas e contas públicas**

**Num quadro de trocas de experiências e aprendizagem entre
pares (PALOP-TL, CPLP, sub-regional e global)**



2. Bases de Referência na Guiné-Bissau

Resultado 2

Eficácia da fiscalização parlamentar do processo orçamental, das despesas públicas e da auditoria externa

Participação da sociedade civil no processo orçamental e de auditoria

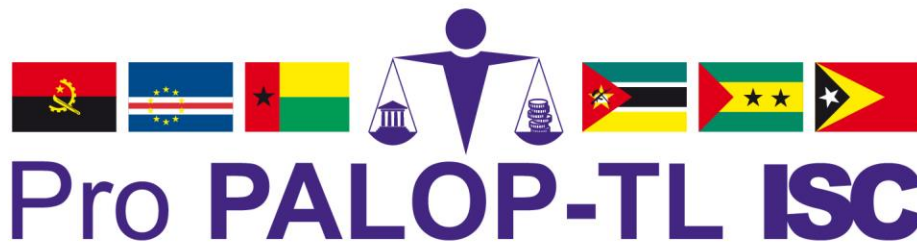


2.1. PTA 2015-2016 para GBS **Componente 2**

Actividades de desenvolvimento de capacidades no domínio da fiscalização das despesas e contas públicas da Assembleia Nacional Popular (ANP)

Actividades de controlo externo público das despesas e contas públicas e de envolvimento público no processo orçamental e de auditoria

Num quadro de trocas de experiências e aprendizagem entre pares (PALOP-TL, CPLP, sub-regional e global)

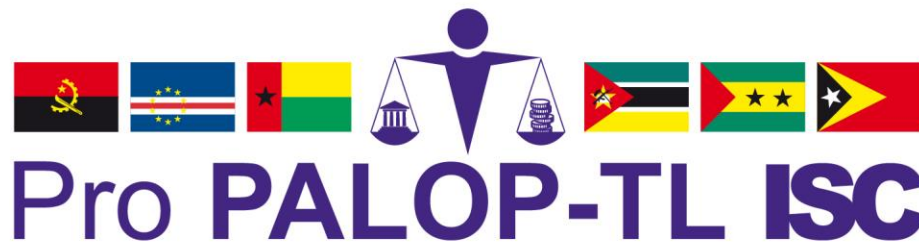


Pro PALOP-TL ISC

3. Orçamento consolidado para a Guiné-Bissau

Orçamento 2015

Orçamento 2016



1. Bases de Referência para a Guiné-Bissau

Resultado 1

Eficácia do controlo externo por parte do TCGBS



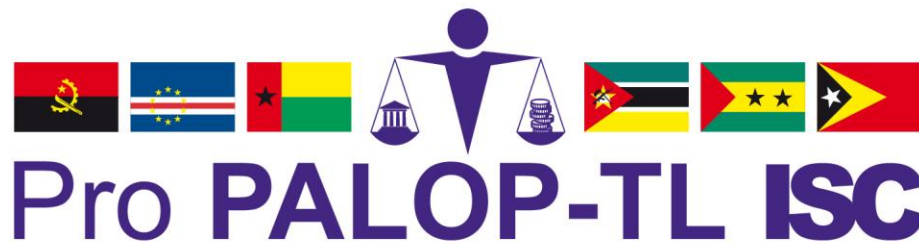
Ponto de situação na Guiné-Bissau

A avaliação da performance das FP na Guiné-Bissau (PEFA) cobriu o exercício fiscal de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013

O relatório final de 6 de Janeiro de 2014 incorpora todos os comentários

Este Projecto é inteiramente financiado pela União Europeia

www.propaloptl-isc.org

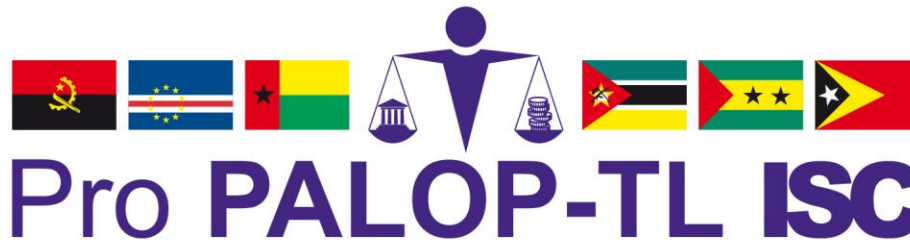


Pro PALOP-TL ISC

O PEFA faz uma análise das FP na Guiné-Bissau

No âmbito do projecto interessam os indicadores ligados à transparência orçamental

Os indicadores sobre o trabalho do TCGBS e do Parlamento, sobre o envolvimento da sociedade civil no controlo externo são insuficientes



Pro PALOP-TL ISC

O conjunto destas avaliações formaram as bases de referência do projecto para responder às necessidades efectivas em matéria do controlo externo das FP

Seria bom complementar as avaliações já feitas com o tipo de exercício do OBP e afinar a análise independente nos 3 domínios do controlo externo das FP

Transparência orçamental, controlo externo e participação do público



Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

Abrangência e Transparência

Em 2013, notou-se a existência satisfatória de uma classificação orçamental, inclusive da documentação orçamental submetida à Assembleia Nacional

Não existem dados precisos sobre as operações extraorçamentais, mas presume-se que sejam relativamente importantes, pois as receitas específicas que muitos ministérios recebem financiam apenas parte das suas despesas



Abrangência e Transparência

A supervisão do risco orçamental exercida pela Administração Central sobre os fundos autónomos e as empresas públicas é muito incompleta

O público não tem praticamente acesso às principais e importantes informações orçamentais

De uma forma geral, em termos de cobertura e transparência, a avaliação PEFA de 2013 revela uma deterioração comparativamente à avaliação de 2009



Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

Registo e comunicação de informações fiscais

Não são efetuadas reconciliações bancárias

Não se procede à recolha de dados abrangentes sobre os recursos recebidos pelas unidades de prestação de serviços (saúde e educação)

mas nos três últimos anos essa recolha têm sido realizada e processada



Pro PALOP-TL ISC

Contabilidade, registo e comunicação de informações fiscais

Os relatórios de execução orçamental durante o ano são suficientemente bons

O mesmo não se pode afirmar das demonstrações financeiras que são incompletas e não são submetidas a auditoria do Tribunal de Contas

De forma geral, em termos de contabilidade, registo de informações e relatórios financeiros da PEFA de 2013 não revelam nenhuma melhoria significativa em comparação com

2009

— Este Projecto é inteiramente financiado pela União Europeia

www.propaloptl-isc.org



Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

Controlo externo

Regra geral, o controlo externo pelo Tribunal de Contas (TdC) ou pela Assembleia Nacional é muito fraco

As contas do Governo nunca foram examinadas pelo TdC nem por outra auditoria externa

As auditorias realizadas pelo TdC de algumas entidades do governo central representam muito menos de 50% dos gastos totais do Governo

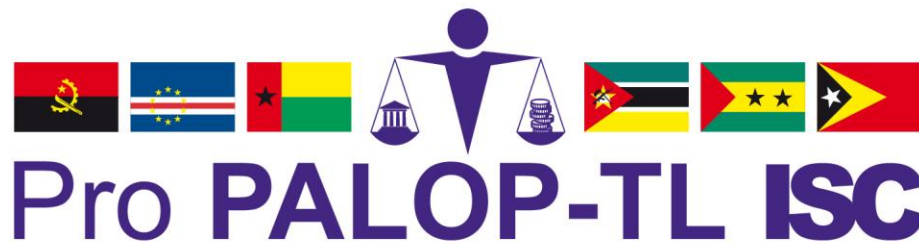


Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

Controlo externo

O exame da legislatura cobre teoricamente políticas fiscais e associadas, assim como cálculos detalhados das despesas e receitas,

apresentados segundo várias ópticas e acompanhados de elementos pertinentes do contexto e do enquadramento, embora falte uma apresentação das políticas



Controlo externo

Mas as modalidades dessa análise são muito insuficientes, pelo que se deve considerar que a análise da legislatura é extremamente limitada

Em comparação com a de 2009, a avaliação PEFA de 2013 não revela nenhuma melhoria

Em geral, a maioria dos sistemas de GFP na Guiné-Bissau é fraca, embora tenha havido recentemente algum progresso (2010-2011). Esses avanços foram interrompidos pelos acontecimentos políticos de 2012



Pro PALOP-TL ISC

Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

Indicadores relevantes para o projecto classificados de forma negativa em termos gerais

Abrangência das informações incluídas na documentação do orçamento

Extensão de operações governamentais não reportadas

Supervisão do risco fiscal imputável a outros órgãos do sector público

Acesso do público a informações fiscais importantes



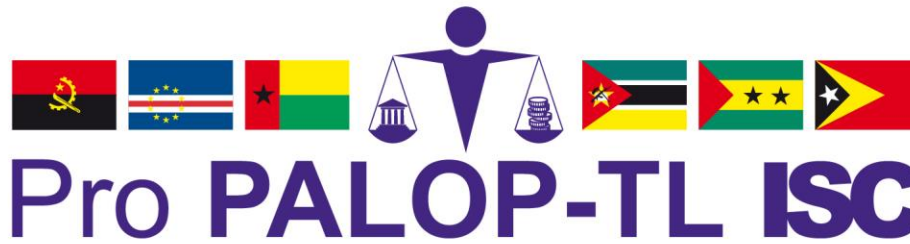
Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

Indicadores relevantes para o projecto classificados de forma negativa em termos gerais

Disponibilidade de informações sobre recursos recebidos pelas unidades de prestação de serviços

Qualidade e oportunidade de relatórios sobre o orçamento durante o exercício

Qualidade e oportunidade de demonstrações financeiras anuais



Constações do exercício PEFA 2014 (Draft)

Indicadores relevantes para o projecto classificados de forma negativa em termos gerais

Abrangência, natureza e acompanhamento da auditoria externa

Fiscalização pelo poder legislativo da lei orçamental anual

Fiscalização dos relatórios de auditoria externa pelo poder legislativo



Constações do exercício IOA

Tendo em conta o contexto político e institucional

RDA & CGE apresentadas para os anos de 2009 e 2010

RS & OC nunca foram produzidos de forma pública



Pro PALOP-TL ISC

**Tendo em conta o contexto político e
institucional**

***RDA & CGE apresentadas para os anos de 2009
e 2010***

***RS & OC nunca foram produzidos de forma
pública***

RA (Parecer sobre a CGE) nunca foi produzido

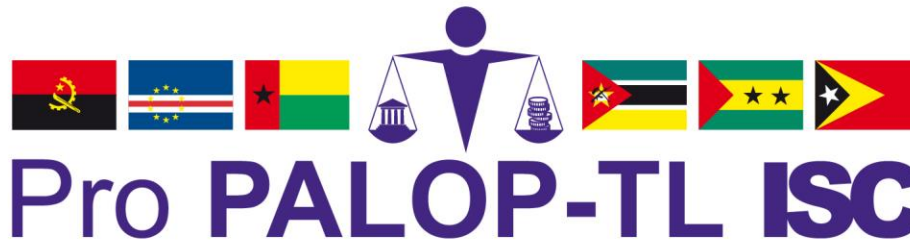


Pro PALOP-TL ISC

A excepção do OP, publicado em BO,

A maioria dos documentos orçamentais,
quando produzidos, não estão acessíveis ao
público (website não operacional)

O acesso a esses documentos só é possível
mediante solicitação a unidades
administrativas do MEF



O Quadro 19, que poderia ser considerado delcaração pré-orçamental, não é um documento público

A POE & RDA são disponibilizados ao público, mas mediante solicitação

As CGE 2009-10 não estão disponíveis ao público por ausência de Parecer do TdC



Pro PALOP-TL ISC

Em suma, a informação fiscal crítica para o controlo externo, fiscalização parlamentar e participação do público

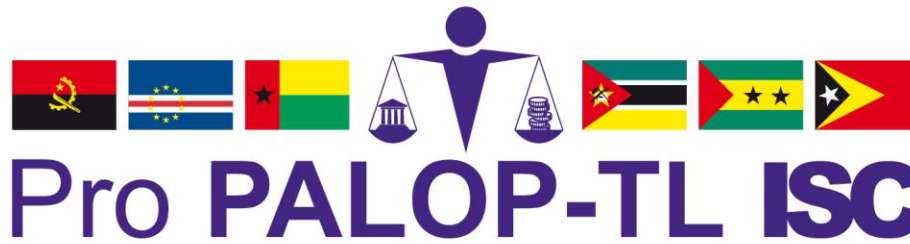
é disponibilizada ao público de forma muito limitada

apenas em Bissau

Não acompanhada por conferências ou debates

Este Projecto é inteiramente financiado pela União Europeia

www.propaloptl-isc.org

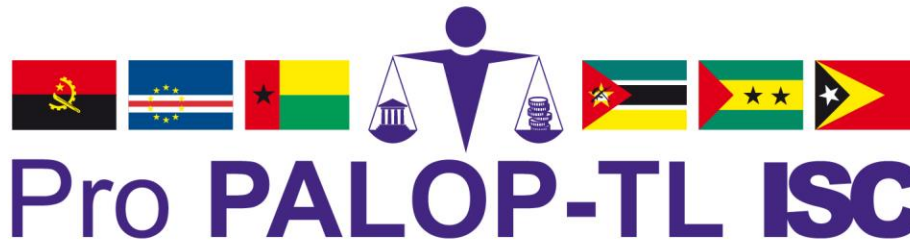


Pro PALOP-TL ISC

A data de publicação do OGE é fixada por lei e foi respeitada até 2011 (OGE 2012)

Tendo em conta o contexto político nacional, essa data deixou de ser respeitada de 2012 em diante

Estão em curso esforços para regularizar os calendários e espera-se que em 2016 a situação seja regularizada



Pro PALOP-TL ISC

O executivo não tinha a prática de levar a cabo consultas com os membros da legislatura (parlamentares) no processo de preparação do orçamento

Prática que mudou no processo em curso de formulação da POE e OGE de 2015

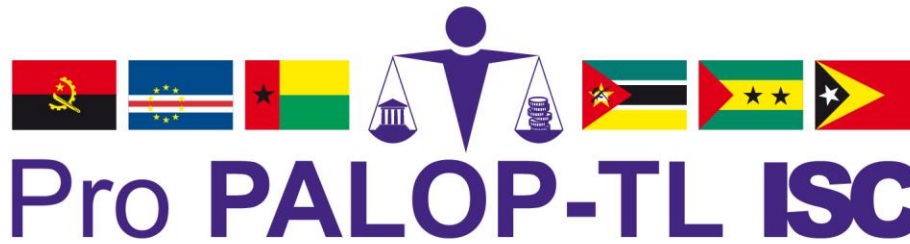
Com consultas em curso na legislatura



O TdC nunca publicou o Parecer sobre a CGE

As conclusões de auditorias que consegue realizar nunca foram encaminhadas para a legislatura

O seu orçamento é definido pelo executivo e o seu chefe nomeado e exonerado pelo PR sem necessidade de consulta ou visto legislativo ou judicial



Pro PALOP-TL ISC

Os relatórios financeiros são publicados trimestralmente e disponibilizados de forma limitada

poderiam beneficiar de maior abrangência com informação detalhada ao nível das unidades administrativas

cobrem menos de 50% do total da despesa real e efectiva



Embora existam ferramentas de envolvimento do público no trabalho do TCGBS

esse envolvimento tem sido muito limitado

**O TCGBS já realizou auditorias que foram despoletadas por denúncias
correio do cidadão que permite ao público deixar as denúncias numa caixa no TC**

O website do TC ainda não está operacional



Pro PALOP-TL ISC

Embora existam ferramentas de envolvimento do público no trabalho do TCGBS

esse envolvimento tem sido muito limitado

**O TCGBS já realizou auditorias que foram despoletadas por denúncias
correio do cidadão que permite ao público deixar as
denúncias numa caixa no TC**

O website do TC ainda não está operacional



1.1. PTA 2015-2016 para a Guiné-Bissau Componente 1

**Actividades de desenvolvimento de capacidades da CCTL
para o controlo externo das despesas e contas públicas**

**Num quadro de trocas de experiências e aprendizagem entre
pares (PALOP-TL, CPLP, sub-regional e global)**



ACT 1: Formação sobre gestão e auditoria de finanças públicas

2015-16

O Tribunal de Contas da Guiné-Bissau (TCGGBS) elabora o Parecer sobre a Conta Geral do Estado (CGE) 2009-10 e da(s) CGE submetida(s) pelo executivo em 2015-16 dentro dos prazos estipulados pela lei e de forma considerada satisfatória.



ACT 1: Formação sobre gestão e auditoria de finanças públicas

2015-16

As instruções do TCGBS para prestação de contas públicas são conhecidas pelas entidades públicas que, na sua maioria, passam a respeitá-las na apresentação das suas contas



Pro PALOP-TL ISC

ACT 2: Assistência Técnica para a Concepção, programação e planeamento de orçamentos

2015-16

Informação fiscal, nomeadamente os relatórios financeiros (trimestrais, revisão semestral e CGE) de 2015, estão acessíveis ao público sem restrições



ACT 2: Assistência Técnica para a Concepção, programação e planeamento de orçamentos

2015-16

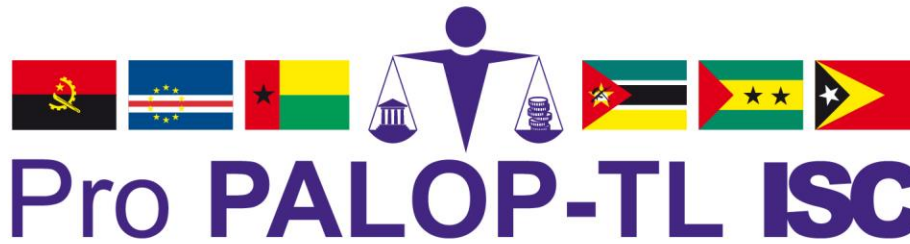
A capacidade de fiscalização da IGF é reforçada e contribui para melhorar a acessibilidade, publicidade, regularidade e abrangência dos documentos orçamentais produzidos pelo executivo



ACT 2: Assistência Técnica para a Concepção, programação e planeamento de orçamentos

2015-16

A participação do público no processo orçamental é reforçada por via da elaboração sistematizada do Orçamento do Cidadão e de iniciativas de promoção de orçamento aberto (Open Budget Initiative)



Pro PALOP-TL ISC

ACT 4: AT para fortalecer a prestação de contas — padronização das normas de relatório financeiro

2015-2016

O TCGBS realiza com sucesso uma auditoria de desempenho modelo no sector das Obras Públicas, cujos resultados são publicados e divulgados em linha com a legislação existente, num quadro de troca de experiências e cooperação interinstitucional no seio da OISC CPLP

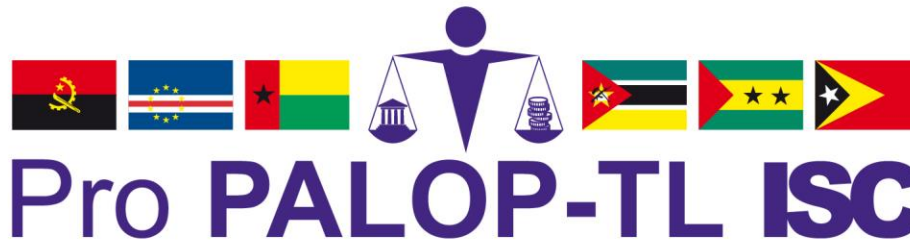


Pro PALOP-TL ISC

ACT 4: AT para fortalecer a prestação de contas — padronização das normas de relatório financeiro

2015-2016

Capacitação de Auditores e Juízes do TCGBS permite o domínio eficaz de instrumentos, técnicas e ferramentas de auto avaliação, diagnóstico de capacidades e planificação estratégica das ISC (SAI PMF), num quadro de troca de experiências e de aprendizagem entre pares no âmbito do programa de acção da OISC CPLP



Pro PALOP-TL ISC

ACT 4: AT para fortalecer a prestação de contas — padronização das normas de relatório financeiro

2015-2016

O Público em geral, a legislatura e o executivo são familiarizados com as boas práticas e normas internacionais de organização e funcionamento dos tribunais de contas, bem como dos standards internacionais para o controlo externo da despesa e contas públicas, com particular enfoque para o trabalho do TCGBS



Pro PALOP-TL ISC

ACT 5: Formação e troca de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas nos PALOP e TL, entre ISC Parlamento e a sociedade civil



2. Bases de Referência na Guiné-Bissau

Resultado 2

Eficácia da fiscalização parlamentar do processo orçamental, das despesas públicas e da auditoria externa

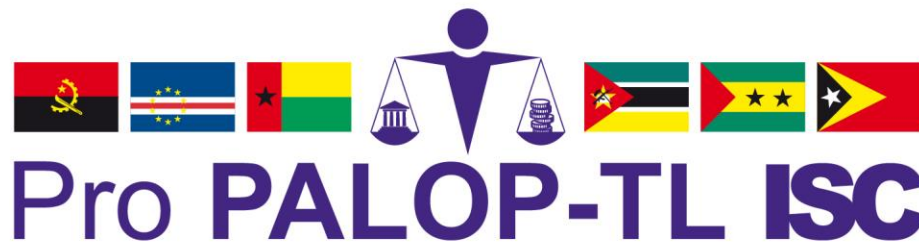
Participação da sociedade civil no processo orçamental e de auditoria



Constações do exercício IOA

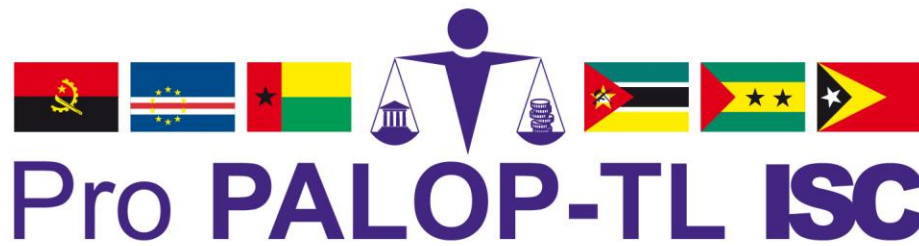
A ANP não tem no seu seio um Gabinete especializado na análise orçamental, nem tão pouco tem acesso a capacidade independente de pesquisa por foma a levar a cabo uma tal análise

Não existe um debate formal pré-orçamental na AN para discutir a política orçamental, nem antes nem no seguimento/após a apresentação da Proposta do Orçamento do Executivo



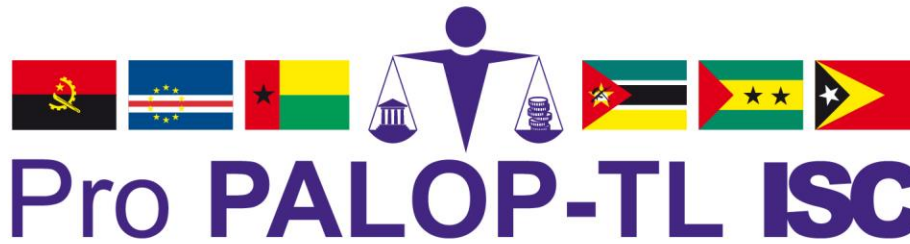
A legislatura recebe a Proposta de Orçamento do Executivo menos de 3 meses antes do início do ano orçamental

Influência importante dos ciclos de programação dos parceiros que financiam o OGE



As trocas entre a ANP e o TCGBS ou ainda as trocas da ANP com a Sociedade Civil no domínio do controlo externo, fiscalização parlamentar e envolvimento do público no processo orçamental

são praticamente inexistentes e não sistematizadas

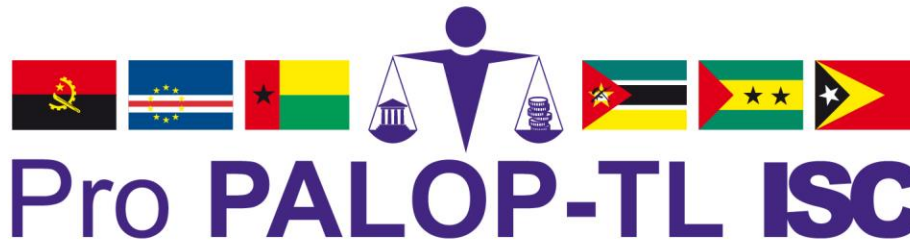


2.1. PTA 2015-2016 para a Guiné-Bissau Componente 2

Actividades de desenvolvimento de capacidades no domínio da fiscalização das despesas e contas públicas da Assembleia Nacional

Actividades de controlo externo público das despesas e contas públicas e de envolvimento público no processo orçamental e de auditoria

Num quadro de trocas de experiências e aprendizagem entre pares (PALOP-TL, CPLP, sub-regional e global)

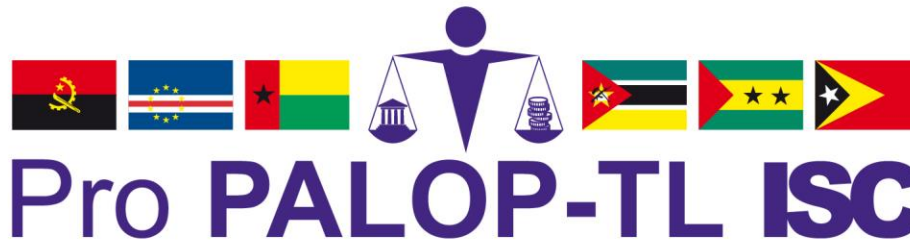


Pro PALOP-TL ISC

ACT 7: Apoio a reformas dos quadros legais e institucionais, com particular enfoque na revisão de leis sobre o Orçamento Geral do Estado e TCs

2015-2016

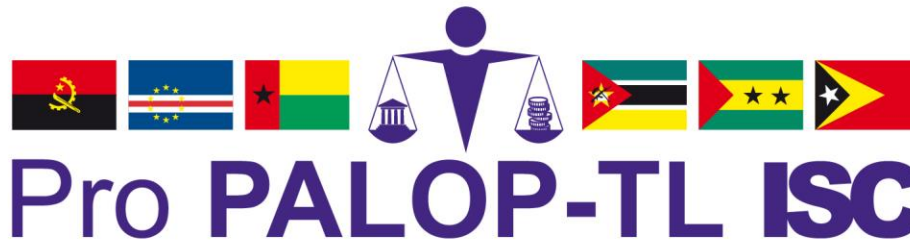
O plano estratégico integrado da ANP para a reforma do parlamento é revisto, com enfoque na sua componente de promoção da fiscalização parlamentar e seguimento do orçamento do executivo e da despesa pública



ACT 8: Campanhas de sensibilização sobre os sistemas de gestão das finanças públicas e e reformas legais, incluindo a promoção da transparência orçamental

2015-2016

Campanha de informação e sensibilização sobre a reforma do quadro legal e institucional do TCGBS permite informar o público, o executivo e a legislatura sobre as implicações da reforma e as lacunas da lei do TCGBS vigente



ACT 8: Campanhas de sensibilização sobre os sistemas de gestão das finanças públicas e e reformas legais, incluindo a promoção da transparência orçamental

2015-2016

Discussão, análise e identificação dos mecanismos e instrumentos nacionais de cooperação internacional e dos constrangimentos para um maior alinhamento com as metas de eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento permitem reforçar a fiscalização legislativa sobre o impacto das práticas dos doadores no sistema das Finanças Públicas e nas políticas públicas.

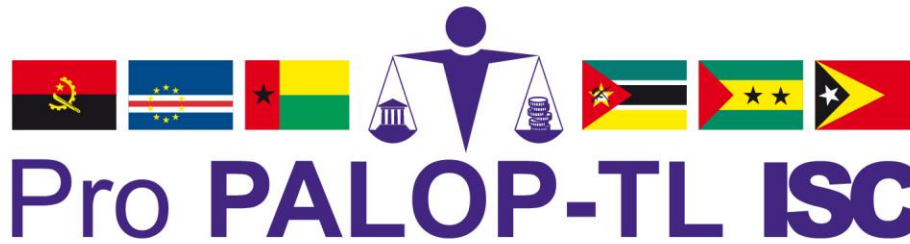


Pro PALOP-TL ISC

ACT 9: AT para reforçar os orçamentos e contas, sistemas de auditoria e de monitorização para a análise e avaliação das finanças públicas documentos e projetos-lei

2015-2016

Parlamentares e staff parlamentar são capacitados e desenvolvem um Código de Ética, Integridade e Responsabilidade Pública para parlamentares eleitos.

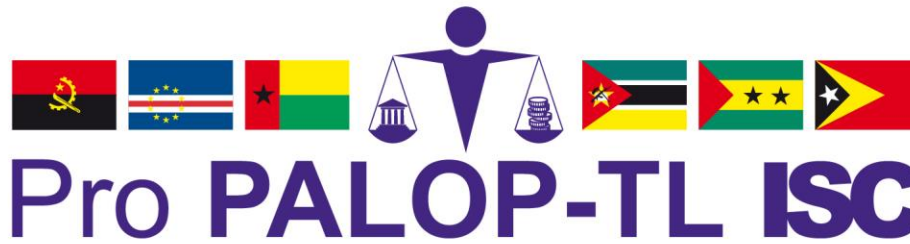


Pro PALOP-TL ISC

ACT 9: AT para reforçar os orçamentos e contas, sistemas de auditoria e de monitorização para a análise e avaliação das finanças públicas documentos e projetos-lei

2015-2016

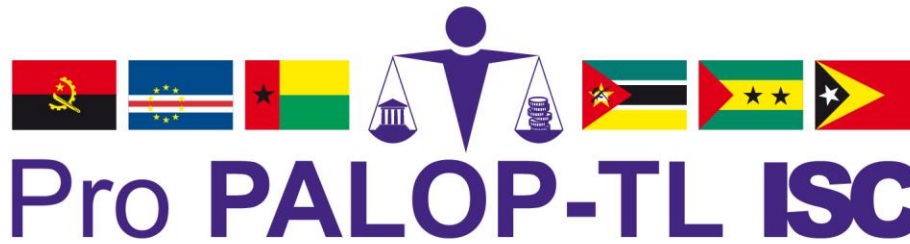
Capacidade de fiscalização legislativa reforçada permite melhorar o escrutínio parlamentar da transparência orçamental, em particular do controlo da dotação e execução orçamentais, nos domínios da Saúde, Educação e promoção da equidade de género.



ACT 10: AT e aconselhamento para os parlamentos nacionais sobre a supervisão da despesa pública

2015-2016

Valências e capacidades são desenvolvidas no seio da Administração e Comissões Parlamentares, em particular a Comissão para os Assuntos Económicos (CPE 4) e o GAT, permitindo a análise independente e domínio de técnicas de fiscalização orçamental (do processo orçamental no seu todo, incluindo a fase da auditoria) e das despesas públicas



Pro PALOP-TL ISC

ACT 10: AT e aconselhamento para os parlamentos nacionais sobre a supervisão da despesa pública

2015-2016

A fiscalização reforçada e eficaz das principais fontes de receita nacional contribui para melhorar a qualidade e impacto do debate e processo orçamental em 2015

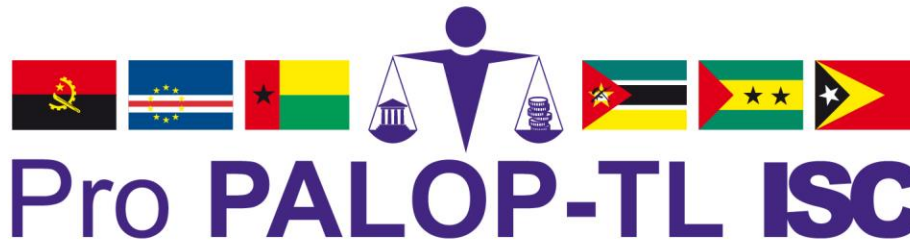


Pro PALOP-TL ISC

ACT 10: AT e aconselhamento para os parlamentos nacionais sobre a supervisão da despesa pública

2015-2016

Parlamentares e técnicos parlamentares reforçam capacidades de fiscalização no sector das Obras Públicas.



Pro PALOP-TL ISC

ACT 11: Formação e troca de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas entre Parlamentos e a sociedade civil nos PALOP e TL

2015 & 2016

As capacidades dos parlamentos e parlamentares dos PALOP e Timor-Leste

são reforçadas por via de troca de experiências e aprendizagem entre pares, no quadro da CPLP e regional



Oportunidades de participação pública

Fraquezas:

Para além da publicação dos relatórios de auditoria por parte do TCGBS

Não existe outro mecanismo de comunicação sobre descobertas das auditoria

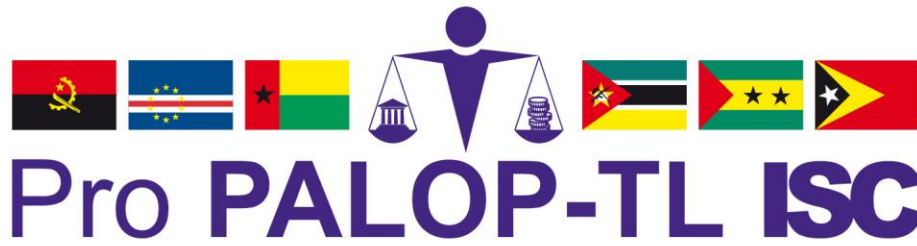


Pro PALOP-TL ISC

Oportunidades de participação pública Fraquezas:

Não existem mecanismos práticos e acessíveis para identificar e incluir a perspectiva do público durante a formulação do orçamento

Audiências públicas no Legislativo sobre o quadro macroeconómico do orçamento e orçamentos individuais (unidades administrativas) são muito limitadas



Pro PALOP-TL ISC

Não existem

Oportunidades no Legislativo para testemunhos do público durante as audiências públicas do orçamento

Mecanismos desenvolvidos pelo Executivo para a participação do público durante a execução do orçamento

Mecanismos desenvolvidos pelas ISC para a participação na agenda de auditoria



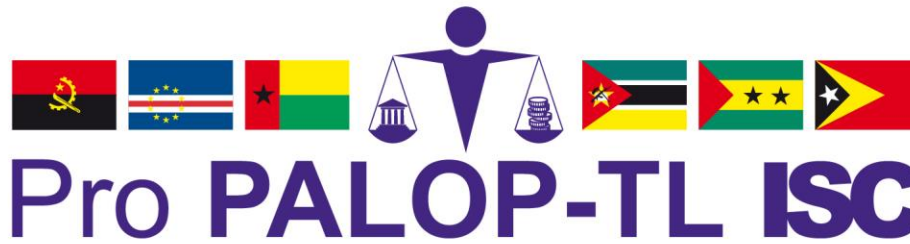
Pro PALOP-TL ISC

Não existem

Feedback do Executivo sobre a utilização de inputs e contribuições do público

Publicação pelo Legislativo dos relatórios sobre as audiências públicas do orçamento

Feedback da ISC sobre a utilização de inputs e contribuições do público



ACT 12: Formação de organizações da sociedade civil (incluindo jornalistas) no domínio do controlo e políticas orçamentais - programa GRANT

2014, 2015 & 2016

Organizações da sociedade civil nos PALOP e em Timor-Leste

desenvolvem as suas capacidades e levam a cabo acções em todos esses países

que permitem um maior envolvimento público no processo orçamental (incluindo a auditoria das contas públicas e orçamentos participativos/do cidadão)

e no processo de fiscalização parlamentar e controlo externo das despesas e contas públicas.



Pontos de entrada

Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil

Accões de reforço da participação da sociedade civil no processo orçamental

**Acompanhamento e participação das diferentes fases do processo orçamental
AT / Workshops de desenvolvimento. Capacidades de análise e simplificação da informação fiscal e despesa pública**

Campanhas de informação / advocacia que visam promover o reforço da participação pública no processo orçamental

Troca de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas



Pontos de entrada

Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil

Accões de reforço da participação da sociedade civil no processo de fiscalização parlamentar e do controlo externo da despesa pública

Conferências, trocas e aprendizagem entre pares no quadro dos PALOP-TL com participação do principais actores – OSC, ISC, Parlamentos, MinFin, etc.

Accões nos diferentes países

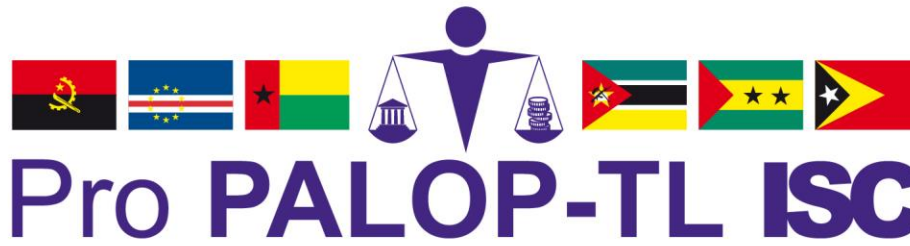
Troca de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas



Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil A estratégia preliminar

Abordagem integrada para a análise e simplificação da info fiscal, contas públicas e processo orçamental

Cooperação sul-sul, trocas entre pares permite que organizações e actores com maior experiência e expertise passem know-how e conhecimentos para os mais necessitados

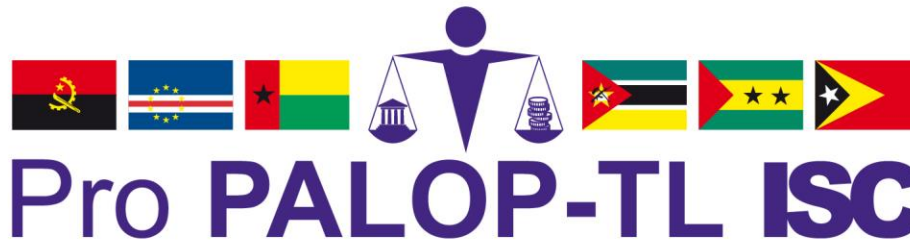


Pro PALOP-TL ISC

Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil A estratégia preliminar

Centro integrado de boas práticas e aplicação contextualizada de produtos

Criar um pool de perritos e capacidades capaz de capitalizar avanços e know-how em benefício do conjunto dos países beneficiários numa lógica integrada



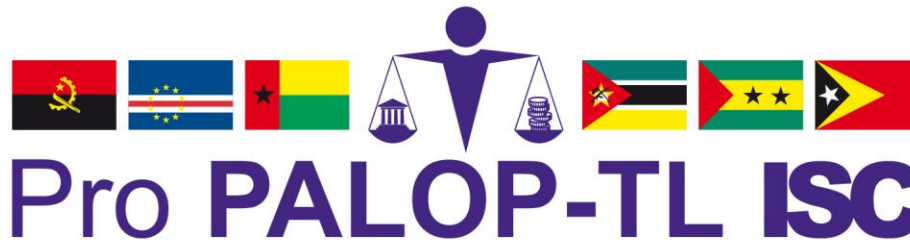
Pro PALOP-TL ISC

Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil A estratégia preliminar

**3 níveis de intervenção
lógica num quadro
integrado e interligado
centrado nos PALOP e
Timor-Leste**

**Acções mais complexas que
promovem maior acesso do
público por via da simplificação
e melhor análise de info fiscal**

**Novas abordagens que visam
reforçar a participação pública**

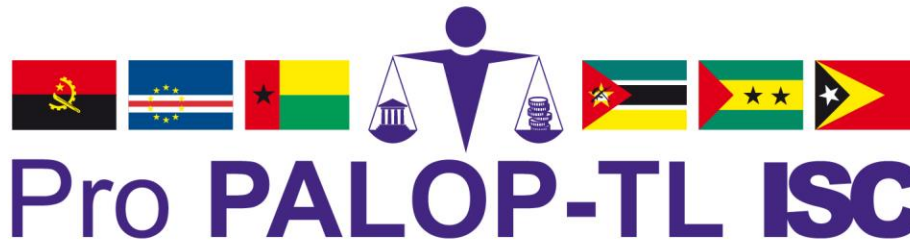


Pro PALOP-TL ISC

Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil A estratégia preliminar

3 níveis de intervenção
lógica num quadro
integrado e interligado
centrado nos PALOP e
Timor-Leste

Formação e campanhas de
sensibilização/advocacia para
promoção de maior
envolvimento público no
processo orçamental, incluindo
a auditoria externa e
fiscalização parlamentar



Programa Pro PALOP-TL ISC para a Sociedade Civil A estratégia preliminar

3 níveis de intervenção lógica num quadro integrado e interligado centrado nos PALOP e Timor-Leste

Mapeamento e constituição de redes/organizações/capacidades
campnhas de sensibilização/
advocacia para promoção de maior envolvimento público no processo orçamental, incluindo a auditoria externa e fiscalização parlamentar



3. Orçamento consolidado para Guiné-Bissau

Orçamento 2015

Orçamento 2016



Orçamento 2015 para GBS

ACT 1: 38,333 EUR

ACT 7: 3,157 EUR

ACT 2: 40,238 EUR

ACT 8: 13,000 EUR

ACT 4: 83,460 EUR

ACT 9: 22,036 EUR

ACT 5: 31,952 EUR

ACT 10: 44,499 EUR

ACT 11: 28,879 EUR

ACT 12: 48,897 EUR



Pro PALOP-TL ISC

Orçamento 2016 para GBS

ACT 1: 40,446 €

ACT 7: 2,534 EUR

ACT 2: 11,264 €

ACT 8: 5,029 EUR

ACT 3: 97,911 €

ACT 9: 24,061 EUR

ACT 4: 49,910 €

ACT 10: 12,957 EUR

ACT 5: 17,014 €

ACT 12: € 26,388 €



Pro PALOP-TL ISC

Orçamento 2015-16 para a Guiné-Bissau

Aproximadamente 554,095 EUR

